

TC/006545/2023

Objeto: Infraestrutura de TI - Avaliação de Data Center

Interessados: Secretaria Municipal da Saúde (*)

Relator: Ricardo Torres

Competência: PLENO

SENHORA SECRETÁRIA-GERAL

Trata-se de *Auditoria de Conformidade*¹ realizada no âmbito da Secretaria Municipal da Saúde (SMS) com o objetivo abaixo transcrito:

Avaliar se o Data Center da SMS atende as normas técnicas e as boas práticas de segurança da informação.

Com base na análise da documentação de suporte, evidências coletadas em diligências à SMS e vistoria *in loco* no Data Center da SMS, a Auditoria elaborou o relatório encartado na Peça 06, concluindo o quanto segue:

5. CONCLUSÃO

A partir das análises realizadas no presente trabalho, concluiu-se que:

5.1. *Não é possível assegurar que a infraestrutura e utilidades implantadas do DC da SMS estão alinhadas com as premissas de sua Política de Segurança da Informação (item 3.1);*

5.2. *Não é possível assegurar que o processo de Segurança de Acesso Físico seja efetivo e suficiente para assegurar o acesso autorizado e evitar o acesso não autorizado, danos e interferências nas informações da organização e outros ativos associados, e prevenir ou reduzir as consequências de eventos originários de ameaças físicas e ambientais (item 3.2);*

5.3. *Não é possível assegurar que a Política de Backup implantada no DC da SMS seja efetiva, em razão de diversas recomendações apresentadas*

¹ O período de abrangência da auditoria foi de 07.06.2023 a 13.07.2023 e o período de realização, de 02.06.2023 a 17.08.2023 (Peça 06).

na NBR ISO 27002/22 não serem possíveis de serem asseguradas ou desatendidas (item 3.3);

5.4. *Não há procedimento formal para a Política de Continuidade do Negócio e da Segurança da Informação do ambiente do DC (item 3.4);*

5.5. *A ausência de redundância de recursos da infraestrutura do DC da SMS não atende aos requisitos de segurança (item 3.5);*

5.6. *Não há procedimento formal para a gestão de capacidade do ambiente do DC (item 3.6);*

5.7. *O processo de gestão de mudanças apresentado no documento no Plano de Gestão de Mudanças não é efetivo e não se mostra suficiente para preservar a segurança da informação ao executar mudanças (item 3.7).*

6. ELEMENTOS DE RESPONSABILIZAÇÃO

Não foram constatados, neste trabalho, achados que denotem irregularidades, tampouco a ocorrência de danos ao erário, não havendo pressupostos de responsabilização no presente caso.

7. PROPOSTA DE ENCAMINHAMENTO

7.1. Propostas de recomendações

7.1.1. *Aprimorar a Política de Segurança da Informação e procedimentos de controle voltados a preservar a segurança da informação no ambiente do Data Center, contextualizado aos requisitos de negócio da Secretaria Municipal da Saúde (item 3.1.1);*

7.1.2. *Aprimorar a Política de Segurança de Acesso Físico, definindo procedimentos voltados a assegurar o acesso autorizado e evitar o acesso não autorizado, danos e interferências nas informações da organização e outros ativos associados, e prevenir ou reduzir as consequências de eventos originários de ameaças físicas e ambientais (item 3.2.1);*

7.1.3. *Aprimorar a Política de Backup, definindo responsabilidades e procedimentos voltados à segurança da informação ao executar o backup e a restauração das informações armazenadas no Data Center, elaborando acessoriamente procedimento operacional padrão para a realização de backups e restaurações, contextualizado à realidade e adequado às necessidades da Secretaria Municipal da Saúde. Sugere-se ainda alinhar a política de backup à OT nº 07 - Backup e armazenamento de dados (item 3.3.1);*

7.1.4. *Elaborar a Política de Continuidade do Negócio para o ambiente do Data Center, contextualizado à realidade e às diretrizes traçadas pela Secretaria Municipal da Saúde (item 3.4.1);*

7.1.5. *Aprimorar a Política de Segurança da Informação, identificando os requisitos para a disponibilidade de serviços de negócios e sistemas de informação, incorporando o planejamento de eventual arquitetura de sistemas com redundância de recursos de infraestrutura do Data Center adequada para atender aos requisitos de negócio da Secretaria Municipal da Saúde para o funcionamento contínuo do tratamento de informações (item 3.5.1);*

7.1.6. *Elaborar o Plano de Gestão da Capacidade para o ambiente do Data Center, contextualizado à realidade e às diretrizes traçadas pela Secretaria Municipal da Saúde (item 3.6.1);*

7.1.7. *Elaborar o Plano de Gestão de Mudanças, definindo responsabilidades e procedimentos voltados a preservar a segurança da informação ao executar mudanças no ambiente do Data Center, contextualizado à realidade e às diretrizes traçadas pela Secretaria Municipal da Saúde (item 3.7.1).*

Intimada para manifestação quanto ao concluído pela Auditoria, a SMS informou, em síntese, que se encontrava em processo de mudança de sede e em fase de aprovação de políticas e procedimentos elaborados para garantir a Segurança da Informação. Com relação à mudança da sede, asseverou que tal fato teria ocasionado melhorias *alinhadas com as pontuações estipuladas no Relatório de Auditoria de Conformidade – controle de acesso ao Data Center; implementação de câmeras de segurança; melhorias no sistema de ar condicionado; garantia da presença de extintores de incêndio (detector de fumaça e prevenção e combate); adequações no layout da sala; revisão e aprimoramento do procedimento de backup; verificação e manutenção dos links de comunicação.* Quanto às novas políticas, informou que estava *em processo de adequação juntamente com os procedimentos, conforme estabelecido no Plano de Adequação e Mapeamento de Dados iniciado em 03/01/2024 (Peças 22/23).*

Na sequência, os autos foram encaminhados para a Auditoria, que, após análise dos esclarecimentos trazidos pela SMS, considerou *a conclusão e os achados do Relatório de Auditoria de Conformidade prejudicados em razão da consecução de um novo Data Center* e, nesse contexto, *sugeriu a realização de uma nova auditoria no novo local em momento oportuno* (Peça 27).

Por fim, a Procuradoria da Fazenda Municipal requereu o conhecimento e o registro da Auditoria (Peça 30).

De minha parte, acompanho o entendimento da Auditoria no sentido de que, de fato, os achados do Relatório de Auditoria de Conformidade restaram prejudicados, pois as conclusões alcançadas se referem à infraestrutura do antigo local do Data Center.

Nesse contexto, entendo que a presente auditoria reúne condições de ser submetida à apreciação do Nobre Conselheiro Relator, para conhecimento e deliberação, conforme disposto no parágrafo único do art. 11 da Resolução nº 06/00² (redação conferida pelo art. 1º da Resolução nº 02/02).

É o meu parecer que submeto à consideração de Vossa Senhoria.

São Paulo, 17 de setembro de 2024.

DANIELA SHIMIZU
Auditora de Controle Externo
OAB/SP 208.355

² Art. 11, parágrafo único, da Resolução nº 06/00 (redação conferida pelo art. 1º da Resolução nº 02/02):

O Relator, ao apreciar o relatório de auditoria, deliberará sobre a conveniência e oportunidade de submetê-lo à apreciação do Plenário ou sobre a sua remessa ao processo das contas anuais, para subsidiar seu julgamento, podendo expedir determinações ou recomendações tendentes ao aperfeiçoamento dos órgãos, atividades ou serviços auditados para, se for o caso, posterior confronto.